



1º Simulado

Pós-Edital

SEFAZ AP

Auditor e Fiscal da Receita e Fiscal

Simulado Especial

1º Simulado SEFAZ AP - Auditor e Fiscal da Receita e Fiscal - Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da Sefaz AP;
- 2 – A prova contém **120 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com 05 alternativas.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-AP-07-08>

01 – A B C D E	31 – A B C D E	61 – A B C D E	091 – A B C D E
02 – A B C D E	32 – A B C D E	62 – A B C D E	092 – A B C D E
03 – A B C D E	33 – A B C D E	63 – A B C D E	093 – A B C D E
04 – A B C D E	34 – A B C D E	64 – A B C D E	094 – A B C D E
05 – A B C D E	35 – A B C D E	65 – A B C D E	095 – A B C D E
06 – A B C D E	36 – A B C D E	66 – A B C D E	096 – A B C D E
07 – A B C D E	37 – A B C D E	67 – A B C D E	097 – A B C D E
08 – A B C D E	38 – A B C D E	68 – A B C D E	098 – A B C D E
09 – A B C D E	39 – A B C D E	69 – A B C D E	099 – A B C D E
10 – A B C D E	40 – A B C D E	70 – A B C D E	100 – A B C D E
11 – A B C D E	41 – A B C D E	71 – A B C D E	101 – A B C D E
12 – A B C D E	42 – A B C D E	72 – A B C D E	102 – A B C D E
13 – A B C D E	43 – A B C D E	73 – A B C D E	103 – A B C D E
14 – A B C D E	44 – A B C D E	74 – A B C D E	104 – A B C D E
15 – A B C D E	45 – A B C D E	75 – A B C D E	105 – A B C D E
16 – A B C D E	46 – A B C D E	76 – A B C D E	106 – A B C D E
17 – A B C D E	47 – A B C D E	77 – A B C D E	107 – A B C D E
18 – A B C D E	48 – A B C D E	78 – A B C D E	108 – A B C D E
19 – A B C D E	49 – A B C D E	79 – A B C D E	109 – A B C D E
20 – A B C D E	50 – A B C D E	80 – A B C D E	110 – A B C D E
21 – A B C D E	51 – A B C D E	081 – A B C D E	111 – A B C D E
22 – A B C D E	52 – A B C D E	082 – A B C D E	112 – A B C D E
23 – A B C D E	53 – A B C D E	083 – A B C D E	113 – A B C D E
24 – A B C D E	54 – A B C D E	084 – A B C D E	114 – A B C D E
25 – A B C D E	55 – A B C D E	085 – A B C D E	115 – A B C D E
26 – A B C D E	56 – A B C D E	086 – A B C D E	116 – A B C D E
27 – A B C D E	57 – A B C D E	087 – A B C D E	117 – A B C D E
28 – A B C D E	58 – A B C D E	088 – A B C D E	118 – A B C D E
29 – A B C D E	59 – A B C D E	089 – A B C D E	119 – A B C D E
30 – A B C D E	60 – A B C D E	090 – A B C D E	120 – A B C D E

LÍNGUA PORTUGUESA

Patrícia Manzato

Instrução: As questões 1 a 5 referem-se ao texto abaixo.

Em uma cidade há um milhão e meio de pessoas, em outra há outros milhões; e as cidades são tão longe uma da outra que nesta é verão quando naquela é inverno. Em cada uma dessas cidades há uma pessoa, e essas pessoas tão distantes acaso pensareis que podem cultivar em segredo, como plantinha de estufa, um amor a distância?

Andam em ruas tão diferentes e passam o dia falando línguas diversas; cada uma tem em torno de si uma presença constante e inumerável de olhos, vozes, notícias. Não se telefonam mais; é tão caro e demorado e tão ruim e além disso, que se diriam? Escrevem-se. Mas uma carta leva dias para chegar; ainda que venha vibrando, cálida, cheia de sentimento, quem sabe se no momento em que é lida já não poderia ter sido escrita? A carta não diz o que a outra pessoa está sentindo, diz o que sentiu a semana passada... e as semanas passam de maneira assustadora os domingos se precipitam mal começam as noites de sábado, as segundas retornam com veemência gritando - "outra semana!" e as quartas já tem um gosto de sexta, e o abril de de-já-hoje é mudado em agosto...

Sim, há uma frase na carta cheia de calor, cheia de luz; mas a vida presente é traiçoeira e os astrônomos não dizem que muitas vez ficamos como patetas a ver uma linda estrela jurando pela sua existência - e no entanto há séculos ela se apagou na escuridão do caos, sua luz é que custou a fazer a viagem? Direis que não importa a estrela em si mesma, e sim a luz que ela nos manda; e eu vos direi: amai para entendê-las!

Ao que ama o que lhe importa não é a luz nem o som, é a própria pessoa amada mesma, o seu vero cabelo, e o vero pêlo, o osso de seu joelho, sua terna e úmida presença carnal, o imediato calor; é o de hoje, o agora, o aqui - e isso não há.

Então a outra pessoa vira retratinho no bolso, borboleta perdida no ar, brisa que a testa recebe na esquina, tudo o que for eco, sombra, imagem, um pequeno fantasma, e nada mais. E a vida de todo dia vai gastando insensivelmente a outra pessoa, hoje lhe tira um modesto fio de cabelo, amanhã apenas passa a unha de leve fazendo um traço branco na sua coxa queimada pelo sol, de súbito a outra pessoa entra em fading um sábado inteiro, está-se gastando, perdendo seu poder emissor a distância.

Cuidai amar uma pessoa, e ao fim vosso amor é um maço de cartas e fotografias no fundo de uma gaveta que se abre cada vez menos... Não ameis a distância, não ameis, não ameis!

Rubem Braga

01. O discurso do autor no 1º parágrafo tem a função de

- a) enfatizar a distância física que pode haver entre as pessoas.
- b) levar em conta, como critério fundamental, o romance à distância entre duas pessoas.
- c) enfatizar a sua oposição aos padrões de comunicação da época.
- d) apontar como único caminho para o desenvolvimento a aceitação à distância.
- e) salientar a importância que a distância tem nos relacionamentos duradouros.

02. O autor recorre a uma expressão paradoxal no seguinte trecho:

- a) *Em uma cidade há um milhão e meio de pessoas, em outra há outros milhões;* (1º parágrafo);
- b) *cada uma tem em torno de si uma presença constante e inumerável de olhos (...)* (2º parágrafo);
- c) *A carta não diz o que a outra pessoa está sentindo, diz o que sentiu a semana passada.* (2º parágrafo);
- d) *no entanto há séculos ela se apagou na escuridão do caos, sua luz é que custou a fazer a viagem?* (3º parágrafo);
- e) *ao fim vosso amor é um maço de cartas e fotografias no fundo de uma gaveta que se abre cada vez menos.* (6º parágrafo).

03. Há forma verbal na voz passiva e adequada articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- a) Espera-se que os relacionamentos à distância superem essa barreira física, mesmo diante de todos os percalços.
- b) Não se depende da distância para construirmos relacionamentos duradouros e saudáveis.
- c) Era de se esperar que não houvessem equilíbrio entre a distância e os relacionamentos.
- d) Fossem menos esperanças as narrativas românticas, possivelmente não tivéssemos uma visão tão distorcida da distância.
- e) Ainda que os relacionamentos à distância fossem mais duradouros, a sociedade continuaria a ter problemas com comunicação.

04. ... as segundas retornam com veemência gritando - "outra semana!" (2º parágrafo).

O termo sublinhado acima pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido do texto, por:

- a) impaciência;
- b) vergonha;
- c) calorosas;
- d) vigor;
- e) precipitadas.

05. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:

- a) Por mais que se espere, não tem distância que sejam superadas as faltas.
- b) O cronista está convicto sobre as consequências da distância nos relacionamentos e na vida das pessoas.
- c) Reforçam-se no texto que a vida das pessoas deve ser pautada muito mais no "aqui" do que no "lá".
- d) A não ser que houvessem outros meios de se comunicar, restava às pessoas a carta e o telefone.
- e) Às expectativa e desejo das pessoas deve corresponder seu suporte emocional.

Instrução: As questões 6 a 10 referem-se ao texto abaixo.

BBC Ideas

Não há dúvida de que algumas comidas despertam mais a nossa vontade do que outras — sobretudo aquelas ricas em açúcar e gordura. Mas por que são tão irresistíveis? Experimentos científicos nos oferecem algumas pistas sobre o que acontece em nossos cérebros quando optamos por certos alimentos.

Segundo o neurocientista Fabian Grabenhorst, se você entrasse em uma máquina de ressonância magnética e te oferecessem um milk-shake de chocolate, poderíamos ver o sistema de recompensas do seu cérebro se iluminar como um parque de diversões.

Logo acima dos olhos, está localizado o córtex orbitofrontal, uma parte do cérebro que é especialmente desenvolvida em humanos e primatas. Nela, grupos de neurônios respondem a diferentes sensações e nutrientes — sabor, cheiro, quão cremoso e encorpado o milkshake é — e quanto mais seus neurônios se iluminam, mais apetitosa a comida em questão parece. Duas coisas que alegram particularmente estes neurônios de recompensa são a gordura e o açúcar.

Aspecto social

Experimentos científicos nos oferecem pistas sobre como nossos cérebros computam nossas escolhas sobre o que comer, mas a maneira como lidamos com essas escolhas em nossas vidas e na sociedade também é complexa.

De acordo com Emily Contois, professora assistente de Estudos de Mídia da Universidade de Tulsa, nos EUA, vários fatores influenciam nossa escolha do que comer. "O que está disponível no supermercado? O que é conveniente? O que é acessível financeiramente? O que traz boas lembranças? O que é gostoso para nós? O que achamos saudável? Qual é o nosso estado de saúde atual? O que define nossas ideias sobre quem somos?", enumera ela para a BBC Ideas.

No futuro, podemos usar nosso conhecimento sobre o que acontece em nossos cérebros para criar alimentos atraentes com poucas calorias e saudáveis. E podemos nos ajudar entendendo como nossos

neurônios de recompensa tramam para conseguir o que querem.

Podemos ficar atentos a momentos em que tendemos a fazer escolhas erradas, como quando optamos por determinado alimento por causa de um rótulo que consideramos atraente, e não pelo teor em si.

No fim das contas, pelo menos não estamos totalmente à mercê de nossos neurônios de recompensa. Podemos usar nossa compreensão para ajudar a pensar em alimentos saudáveis e fazer escolhas saudáveis.

Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/geral60127411>>

06. De acordo com os especialistas citados na reportagem,

- a) não há relação entre o que comemos e como funcionam nossa mente e neurônios;
- b) por mais que se tente, o açúcar e a gordura sempre serão as preferências da mente;
- c) entender como os neurônios reagem à comida pode mudar a realidade que se tem atualmente quanto às preferências;
- d) as pesquisas sobre preferências alimentares são ainda muito incipientes;
- e) o mercado alimentício sabe utilizar muito melhor as preferências do nosso cérebro do que a ciência.

07. No futuro, podemos usar nosso conhecimento sobre o que acontece em nossos cérebros.

O termo sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido, por:

- a) *seríamos capazes de;*
- b) *seremos capazes de;*
- c) *pudéssemos;*
- d) *poderíamos;*
- e) *pudermos.*

08. A pontuação se mantém correta no seguinte segmento adaptado do texto:

- a) Agora é possível entender, porque da escolha recorrente pelo açúcar.
- b) As pessoas, sentiam tanta falta de comer alimentos processados que passavam a viver em função deles.
- c) Não se havia notícia, de como as pessoas escolhiam os alimentos.
- d) Percebe-se que a alimentação é um hábito ambíguo - Para alguns é sinônimo de prazer, e para outros, em contraste, remete à vida saudável.
- e) Indignada, a pessoa passar a fazer escolhas mais conscientes.

09. No futuro, podemos usar nosso conhecimento sobre o que acontece em ossos cérebros.

Ao se transpor o trecho acima para um discurso em 3ª pessoa, mais formal e não tão próximo do leitor, os termos sublinhados assumem as seguintes formas:

- a) pode-se – o – seus;
- b) podiam – seu – das pessoas;
- c) podia – o – seus;
- d) é possível – o – das pessoas;
- e) é possível – seu – das pessoas;

10. A escolha I uma alimentação mais saudável é algo que dever ser levado II sério por todos III que se preocupam com sua saúde.

Preenchem corretamente as lacunas I, II e III da frase acima:

- a) por – à – àqueles
- b) por – a – aqueles
- c) de – à – àqueles
- d) de – a – aqueles
- e) à – a – aqueles

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO E MATEMÁTICA FINANCEIRA

Carlos Henrique

11. Seis moças, dentre as quais está Eva, estão aguardando em uma fila para serem atendidas pelo caixa de uma loja.

Nesta fila, Carla está à frente de Dani, que se encontra imediatamente atrás de Bia. Fátima não é o primeiro da fila, mas está mais próximo do primeiro lugar do que do último. Sabendo que Ana será atendida antes do que Carla e que Carla não é a quarta da fila, pode-se concluir que a pessoa que ocupa a quarta posição da fila

- a) certamente é Bia.
- b) certamente é Dani.
- c) certamente é Eva.
- d) pode ser Bia ou Dani.
- e) pode ser Bia ou Eva.

12. Considere como verdadeira a seguinte sentença: “Se todas as flores são azuis, então o jardim tem a cor do céu”.

É correto concluir que:

- a) se todas as flores não são azuis, então o jardim não é tem a cor do céu;
- b) se uma flor é amarela, então o jardim não tem a cor do céu;
- c) se o jardim tem a cor do céu, então todas as flores são azuis;
- d) se o jardim não tem a cor do céu, então todas as flores não são azuis;
- e) se o jardim não tem a cor do céu, então pelo menos uma flor não é azul.

13. Para obter uma amostra de tamanho 1.000 dentre uma população de tamanho 20.000, organizada em um cadastro em que cada elemento está numerado sequencialmente de 1 a 20.000, um pesquisador utilizou o seguinte procedimento:

I - calculou um intervalo de seleção da amostra, dividindo o total da população pelo tamanho da amostra:

$$20.000/1.000 = 20;$$

II - sorteou aleatoriamente um número inteiro, do intervalo [1, 20]. O número sorteado foi 15; desse modo, o primeiro elemento selecionado é o 15º;

III - a partir desse ponto, aplica-se o intervalo de seleção da amostra: o segundo elemento selecionado é o 35º (15+20), o terceiro é o 55º (15+40), o quarto é o 75º (15+60), e assim sucessivamente.

O último elemento selecionado nessa amostra é o

- a) 19.997º
- b) 19.995º
- c) 19.965º
- d) 19.975º
- e) 19.980º

14. A sequência 2, 2, 1, 5, 5, 5, 5, 5, 2, 2, 1, 5, 5, 5, 5, 5, 2, ... mantém o padrão apresentado indefinidamente. A soma dos 1954 primeiros termos dessa sequência é:

- a) 7324
- b) 7328
- c) 7330
- d) 7332
- e) 7344

15. A dívida referente à aquisição de um automóvel deverá ser liquidada pelo Sistema de Amortização Constante (SAC) por meio de 48 prestações mensais, a uma taxa de 2% ao mês, vencendo a primeira prestação um mês após a data de aquisição. Se o valor da última prestação é de R\$ 5.100,00, tem-se que o valor da 31ª prestação é igual a

- a) R\$ 5.800,00
- b) R\$ 6.000,00
- c) R\$ 6.400,00
- d) R\$ 6.500,00
- e) R\$ 6.800,00

16. Uma moto, cujo preço à vista é R\$ 20.200,00, é vendida em doze prestações consecutivas, mensais e iguais, sendo a primeira prestação paga um mês após a compra.

Se são cobrados juros compostos de 1% ao mês, o valor das prestações, em reais, é aproximadamente

Dado $(1,01)^{-12} = 0,8874$

- a) 1684
- b) 1778
- c) 1794
- d) 1828
- e) 1896

17. No sistema de juros compostos, uma taxa de x% ao semestre, com capitalização quadrimestral, corresponde a uma taxa efetiva anual de:

- a) $(1 + 2x/3)^3$
- b) $(1 + x/3)^3 - 1$
- c) $(1 + 2x/300)^3$
- d) $(1 + 2x/300)^3 - 1$
- e) $1 - (1 + 2x/300)^4$

18. Um título é resgatado 2 anos antes do vencimento, segundo o critério do desconto racional composto. Se a taxa utilizada foi de 10% ao ano e o valor do desconto resultou em R\$ 4.620,00, o valor nominal do título é

- a) R\$ 26.620,00
- b) R\$ 26.015,00
- c) R\$ 25.410,00
- d) R\$ 24.805,00
- e) R\$ 24.200,00

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

19. Prescreve a Constituição Federal que a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Nesse ensejo, assinale a alternativa correta.

- a) As receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos e integrarão o orçamento da União.
- b) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, e por contribuições sociais, dentre elas a do importador especificamente de bens de capital do exterior.
- c) São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social e as sociedades desportivas que cumpram função social.
- d) Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total.
- e) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social poderá contratar com o Poder Público.

20. De acordo com a CF, assinale a alternativa que contempla atribuição do Presidente da República:

- a) permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.
- b) controlar a legalidade dos atos normativos e administrativos.
- c) fixar limites globais para o montante da dívida mobiliária dos estados.
- d) requisitar e designar membros do MP, delegando-lhes atribuições.
- e) dispor sobre os limites globais para as operações de crédito externo e interno da União.

21. O Poder Constituinte é a manifestação soberana da suprema vontade política de um povo, social e juridicamente organizado. A respeito do Poder Constituinte, é correto afirmar que

- a) o Poder Constituinte derivado não está preso a limites formais.
- b) o Poder Constituinte originário está previsto e regulado no texto da própria Constituição.
- c) o Poder Constituinte derivado pode se manifestar na criação de um novo Estado ou na refundição de um Estado.
- d) o Poder Constituinte originário pode ser reformador ou revisor
- e) o Poder Constituinte originário é permanente, eis que não se esgota no momento do seu exercício, podendo ser convocado a qualquer momento pelo povo.

22. A respeito do federalismo no Brasil, assinale a alternativa incorreta:

- a) A República, forma de governo adotada pelo Brasil, é considerada um princípio sensível, posto que sua violação importa intervenção federal.
- b) O Federalismo, forma de estado adotado pelo Brasil, é classificado como por desagregação ou segregação.
- c) O Federalismo brasileiro caracteriza-se como dual, visto que há uma rígida separação de competências entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- d) Devido a existência de uma heterogeneidade entre os entes que compõem a Federação brasileira, a União pode-lhes conferir um tratamento diferenciado.
- e) A forma de governo adotada pelo Brasil, não é cláusula pétrea expressa na Constituição Federal de 1988.

23. Caio e Tício estavam discutindo a respeito de dois grandes direitos consagrados na Constituição Federal, o direito de reunião e o direito de associação, desse debate concluíram corretamente que:

- a) As associações só poderão ter suas atividades suspensas ou serem compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial, exigindo-se, nos dois casos, o trânsito em julgado.
- b) A criação de associações independe de autorização, sendo necessário seu registro em órgão competente, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- c) É possível o porte de armas em reuniões quando se tratar de manifestação de integrantes da área da segurança pública.
- d) O aviso prévio é requisito indispensável para o exercício do direito de reunião, a ausência do aviso implica na ilegalidade da manifestação.

e) O direito de reunião pressupõe a união de pessoas em caráter temporário, enquanto a associação pressupõe a união de pessoas em caráter permanente, com interesses em comum.

24. Em matéria de competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal foi identificada a inexistência de qualquer norma editada pela União. Em razão dessa constatação, Maria, Deputada Estadual, consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de apresentar projeto de lei sobre a referida matéria.

A assessoria respondeu, corretamente, que o Estado:

- a) somente pode legislar sobre a matéria, em caráter suplementar, após a edição de normas gerais pela União;
- b) somente pode legislar sobre a matéria caso a competência lhe seja delegada em lei complementar editada pela União;
- c) pode exercer a competência plena, e a posterior edição de normas gerais pela União revoga a lei estadual no que lhe for contrário;
- d) pode exercer a competência plena, e a posterior edição de normas gerais pela União suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário;
- e) pode exercer a competência plena e as normas gerais posteriormente editadas pela União não produzirão efeitos, caso colidam com a lei estadual.

25. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a um dos princípios da atividade econômica:

- a) função social da propriedade;
- b) tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras ou estrangeiras que tenham filial no País.
- c) defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
- d) redução das desigualdades regionais e sociais;
- e) defesa do consumidor.

26. Quanto ao orçamento público e suas disposições constitucionais, assinale a opção correta.

- a) A Lei Orçamentária Anual é peça que contém a previsão de receitas e a fixação das despesas públicas para um exercício financeiro, além de dispor acerca de alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- b) O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- c) O plano plurianual deve espelhar o planejamento das atividades governamentais, estabelecendo, de forma nacional, as diretrizes, objetivos e metas da Administração.
- d) A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas em que a União detém, apenas diretamente, a maioria do capital social e o orçamento da seguridade social.
- e) O princípio da exclusividade impede que a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o plano plurianual contenham dispositivos estranhos à previsão da

receita e à fixação da despesa, excetuando-se a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

27. A Empresa de Transportes e Trânsito do Estado X (ETT) é pessoa jurídica de direito privado, de capital majoritariamente público e presta serviços públicos em regime não concorrencial, responsável pela fiscalização do trânsito nas rodovias do estado. De acordo com o ato legislativo que autorizou a instituição da estatal, no exercício de suas funções, a ETT pode aplicar multas àqueles que descumprem a legislação de trânsito. Contudo, é recorrente o questionamento nos recursos administrativos quanto à competência dessa empresa pública para aplicação de sanções aos administrados. Os recorrentes alegam que se trata de atividade típica de Estado, motivo pelo qual as sanções são irregulares.

Nos termos do entendimento mais recente do STF sobre a possibilidade de delegação do poder de polícia, é correto afirmar que esses recursos:

- a) devem prosperar, pois a competência para aplicação de sanções é delegável, por lei, apenas às pessoas jurídicas de direito público integrantes da Administração pública indireta;
- b) não devem prosperar, pois a competência para aplicação de sanções, no âmbito do poder de polícia, pode ser delegada, por lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração pública indireta, desde que possuam capital social majoritariamente público e prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado, em regime não concorrencial;

c) devem prosperar, pois se trata de competência indelegável, sendo reservado apenas aos órgãos da Administração direta;

d) não devem prosperar, pois a competência é delegável a todas as pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração pública e relativamente a todas as fases do ciclo de polícia.

e) devem prosperar, pois a competência, apesar de delegável a todas as pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração pública, se limita às fases do ciclo de polícia administrativa relativas ao consentimento e à fiscalização, excluída a fase sancionatória, que justificaria a aplicação da multa.

28. A Lei nº 14.133/2021 foi publicada em abril de 2021 e estabeleceu normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Acerca de sua vigência e aplicabilidade, é correto afirmar que:

a) as disposições da Lei nº 14.133/2021 não se aplicam às concessões e às parcerias público-privadas, tendo em vista que esses objetos gozam de especificidade.

b) os contratos assinados antes da entrada em vigor da Lei nº 14.133/21 podem ser regidos pela nova legislação, exigindo aditivo contratual que autorize a mudança e que haja justificativa da vantagem para o interesse público.

c) a partir da publicação da Lei nº 14.133/21, todos os novos contratos administrativos devem adotar expressamente as suas disposições.

d) durante o prazo de dois anos, a partir da entrada em vigor da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá optar por contratar com base nas disposições da Lei nº 8.666/1993, situação na qual o contrato respectivo será regido pelas regras nela previstas durante toda a sua vigência.

e) a Lei nº 8.666/1993 foi expressamente revogada a partir da data de publicação da Lei nº 14.133/2021.

29. Suponha que o Estado do Amapá pretenda realizar a aquisição de equipamentos que só podem ser fornecidos por meio de representante comercial exclusivo, o que torna a competição inviável. Nesse caso, a contratação:

a) se dará necessariamente por dispensa de licitação.

b) será realizada por inexigibilidade de licitação, devendo a inviabilidade de competição ser demonstrada mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos, mas é vedada a preferência de marca.

c) será realizada por inexigibilidade de licitação, desde que justificada pela indicação de marca específica do equipamento a ser adquirido, hipótese que afasta a possibilidade de competição.

d) poderá ser feita diretamente, por dispensa ou inexigibilidade, e, havendo contratação indevida por dolo ou fraude, o contratado e o agente público responderão subsidiariamente pelo dano causado ao erário.

e) dispensará a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, tendo em vista que se trata de contratação sem licitação.

30. O Secretário de Educação do Estado do Amapá realizou a compra e prontamente pagou por alguns materiais para uso interno da secretaria, de forma verbal, totalizando R\$ 4 mil. Indignado com a situação, um servidor público recém-empessoado pretende denunciar a atitude do Secretário ao seu superior hierárquico. Com base nas disposições da Lei nº 8.666/1993 e seus regulamentos, a compra realizada pelo Secretário:

- a) é válida e não possui irregularidades, já que as pequenas compras de pronto pagamento podem ser feitas mediante contrato verbal, sendo que a hipótese não extrapolou os limites previstos na legislação aplicável.
- b) desrespeitou a previsão de que os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas e necessariamente deverão ter a forma escrita, vedada a celebração de contratos verbais.
- c) caso pudesse ser feita pela modalidade concorrência, sempre seria possível sua contratação de forma verbal, não havendo, portanto, nenhuma irregularidade.
- d) é válida, já que a Lei de Licitações não traz vedação à celebração de contratos verbais.
- e) não caracterizou uma situação urgente que permitisse que a compra fosse feita de maneira verbal, razão pela qual deverá ser declarada sua nulidade.

31. Acerca da modalidade licitatória denominada pregão, nos termos da Lei nº 10.520/2002, assinale a opção correta

- a) os bens e serviços comuns passíveis de serem adquiridos por pregão são aqueles cujos padrões de desempenho atendam a critérios subjetivos predeterminados pelas entidades contratantes.
- b) para contratação por meio do pregão, a autoridade competente ficará dispensada de

instruir o procedimento com a justificativa da necessidade da contratação.

- c) a equipe de apoio, no pregão, é formada exclusivamente por ocupantes de cargo efetivo, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.
- d) o prazo para apresentação das propostas será contado a partir da publicação do aviso, não podendo ser inferior a cinco dias úteis.
- e) a proposta poderá ter prazo de validade de sessenta dias ou outro que tenha sido fixado no edital.

32. De acordo com o previsto na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, alterada pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021), assinale a opção correta.

- a) as disposições da Lei de Improbidade se aplicam ao terceiro, considerado aquele que, mesmo não sendo agente público, induz ou concorre para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficia sob qualquer forma direta ou indireta.
- b) consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas ou culposas tipificadas nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA, ressalvados tipos previstos em leis especiais.
- c) o mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- d) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência é ato de improbidade que atenta contra os princípios administrativos.
- e) a ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade prescreve em cinco anos.

33. Em relação à aplicação das sanções com base na Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013), considere:

- I – a gravidade da infração;
- II – a vantagem pretendida pelo infrator;
- III – a situação econômica do infrator;
- IV – a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração.

Serão levados em consideração, para aplicação das sanções, apenas o descrito no(s) item(ns):

- a) I, II, III e IV;
- b) I e II;
- c) III e IV;
- d) I e III;
- e) I, II e III.

34. No que diz respeito aos prazos máximos de restrição de acesso à informação, nos termos do que prevê a Lei nº 12.527/2011, assinale a opção correta

- a) para as informações ultrassecretas, o prazo máximo será de 15 anos.
- b) para as informações secretas, o prazo máximo será de 5 anos.
- c) para informações reservadas, o prazo máximo será de 3 anos.
- d) para as informações pessoais, que independem de classificação de sigilo, o prazo máximo de restrição será de 100 anos.
- e) as informações pessoais devem ser classificadas como ultrassecretas e respeitar o prazo máximo de restrição de 25 anos.

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

35. Observando as disposições do Código Civil, especificamente sobre os títulos à ordem, é correto afirmar:

- a) Considera-se legítimo possuidor o portador do título à ordem com série regular e ininterrupta de endossos, ainda que o último seja em branco.
- b) É nulo o endosso que contenha condição a que o subordine o endossante.
- c) É permitido o endosso parcial.
- d) Não se pode opor, em nenhuma hipótese, exceções fundadas em relação do devedor com os portadores precedentes.
- e) O endosso-mandato perde a eficácia com a morte ou a superveniente incapacidade do endossante.

36. Considerando os termos da Lei nº 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, assinale a alternativa correta:

- a) É vedada atribuição de responsabilidade a terceiros em decorrência do mero inadimplemento de obrigações do devedor falido ou em recuperação judicial, ressalvadas as garantias reais e fidejussórias.
- b) Na escolha dos representantes de cada classe no Comitê de Credores, é vedado restringir o direito de voto aos membros de cada classe.
- c) Poderá requerer recuperação judicial o devedor que atenda determinados requisitos, dentre eles, o exercício regular de suas atividades há mais de cinco anos do momento do pedido.

d) Na recuperação judicial de companhia aberta, serão obrigatórios a formação e o funcionamento do conselho fiscal, enquanto durar a fase da recuperação judicial, excluído o período de cumprimento das obrigações assumidas pelo plano de recuperação.

e) O plano de recuperação judicial não poderá prever prazo superior a um ano para pagamento dos créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho vencidos até a data da decisão que conceder a recuperação judicial.

37. Não se pode afirmar que nome empresarial:

a) de empresário deve distinguir-se de qualquer outro já inscrito no mesmo registro.

b) será acrescido de designação que o distinga quando o nome idêntico ao do empresário já tiver sido objeto de inscrição.

c) do sócio que vier a falecer não pode ser conservado na firma social.

d) pode ser objeto de alienação.

e) do alienante pode, se o contrato permitir, ser usado pelo adquirente do estabelecimento, desde que precedido do seu próprio, com a qualificação de sucessor.

38. A lei nº 6.404/1976 dispõe sobre as Sociedades por Ações. Observando os ditames do referido diploma legal, assinale a alternativa correta:

a) Na companhia com ações sem valor nominal, o estatuto não poderá criar uma ou mais classes de ações preferenciais com valor nominal.

b) O estatuto deve sempre assegurar a uma ou mais classes de ações preferenciais o direito de eleger, em votação em separado, um ou mais membros dos órgãos de administração.

c) Ao menos uma das classes de ações ordinárias da companhia fechada, quando tiverem a forma

ao portador, serão obrigatoriamente conversíveis, à vontade do acionista, em nominativas endossáveis.

d) A debênture poderá assegurar ao seu titular somente participação nos lucros da companhia e juros, fixos ou variáveis.

e) A assembleia de debenturistas pode ser convocada, dentre outros, por debenturistas que representem 20% (vinte por cento), no mínimo, dos títulos em circulação.

39. Acerca do aval, o Código Civil dispõe que:

a) é permitido o aval parcial.

b) o aval deve ser dado no anverso do título.

c) em todos os casos, subsiste a responsabilidade do avalista, ainda que nula a obrigação daquele a quem se equipara

d) é vedado o aval posterior ao vencimento do título.

e) considera-se não escrito o aval cancelado.

40. Considerando as normas que regem as Sociedade em Comandita Simples, assinale a alternativa correta:

a) Regra geral, o comanditário não pode praticar qualquer ato de gestão, embora possa ter seu nome na firma.

b) O sócio comanditário é obrigado à reposição de lucros recebidos de boa-fé e de acordo com o balanço.

c) No caso de morte de sócio comanditário, a sociedade será, obrigatoriamente, dissolvida.

d) Aplicam-se à sociedade em comandita simples as normas da sociedade limitada, no que forem compatíveis.

e) Na falta de sócio comanditado, os comanditários nomearão administrador provisório para praticar, pelo período determinado por lei, atos de administração.

41. Considerando as normas que regem as Sociedade Limitadas, assinale a alternativa correta:

- a) A assembleia dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo metade do capital social.
- b) Depois de integralizado, não pode a sociedade reduzir o capital social.
- c) As atribuições e poderes conferidos pela lei ao conselho fiscal não podem ser outorgados a outro órgão da sociedade.
- d) Quando autorizado por contrato, os sócios, em nenhum caso, serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas.
- e) A sociedade limitada rege-se, nas omissões da lei, pelas normas da sociedade por ações.

42. O Código Civil, ao dispor sobre o estabelecimento empresarial, determina que:

- a) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de seis meses, a partir, quanto aos créditos vencidos, da publicação, e, quanto aos outros, da data do vencimento.
- b) A transferência importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, exceto se disposto em sentido contrário.
- c) Sendo a atividade empresarial virtual, o endereço informado para fins de registro não pode ser o endereço do empresário individual
- d) O estabelecimento se confunde com o local onde se exerce a atividade empresarial, que poderá ser físico ou virtual.

- e) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, desde que de modo expresso, em trinta dias a partir de sua notificação.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

43. Sobre direitos da personalidade, assinale a alternativa correta.

- a) Tratando-se de direitos da personalidade envolvendo pessoa morta, a legitimação para reclamar perdas e danos compete ao cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o 4º grau.
- b) O ato de disposição causa mortis do próprio corpo é irrevogável.
- c) O nome da pessoa não pode ser empregado em publicações que exponham ao desprezo público, se não houver intenção difamatória.
- d) O pseudônimo não goza de proteção legal.
- e) A vida privada da pessoa natural é inviolável, por isso considera-se proibida a publicação de biografias não autorizadas.

44. Sobre doação, assinale a alternativa correta.

- a) A doação de bens móveis pode ser verbal, independentemente do valor.
- b) Se o donatário for absolutamente incapaz, dispensa-se a aceitação, desde que se trate de doação pura.
- c) É exigível a autorização dos demais descendentes para que o ascendente possa doar a um deles.
- d) A doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice é nula.
- e) O direito de revogar a doação por motivo de ingratidão decai em dois anos.

45. Sobre direito das coisas, assinale a alternativa correta.

- a) A posse direta da pessoa, que tem a coisa temporariamente em seu poder, em virtude de direito real ou pessoal, anula a indireta, de quem aquela foi havida.
- b) É de má-fé a posse que for violenta, clandestina ou precária.
- c) A posse pode não pode ser adquirida por terceiro sem mandato.
- d) O possuidor de boa-fé tem direito aos frutos pendentes e percebidos.
- e) Ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias, não lhe cabendo o direito de retenção pela importância destas.

46. Sobre direito patrimonial de família, assinale a alternativa correta.

- a) O regime de bens é imutável durante o casamento.
- b) É obrigatório o regime da separação de bens no casamento do sexagenário.
- c) É nulo o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública, e ineficaz se não lhe seguir o casamento.
- d) No regime da comunhão parcial, excluem-se da comunhão os bens adquiridos por fato eventual.
- e) No regime da comunhão universal, comunicam-se os bens doados ou herdados com cláusula de incomunicabilidade.

DIREITO PENAL

Antônio Pequeno

47. A respeito da aplicação da retroatividade da lei no direito penal, assinale a opção correta.

- a) A aplicação da retroatividade ocorre mesmo em caso de aumento de pena, como forma de garantir a justiça para o réu que tiver cometido o crime após a entrada em vigor da lei mais severa.
- b) A retroatividade de lei mais benéfica não pode ser aplicada a medida de segurança.
- c) A retroatividade de lei mais benéfica somente será cabível no caso de haver abolitio criminis.
- d) A aplicação da retroatividade da lei é concebível, desde que em benefício do réu como medida de justiça.
- e) A aplicação da retroatividade da lei é vedada constitucionalmente em qualquer circunstância, a fim de garantir a segurança jurídica.

48. Sávio possui um pequeno comércio de venda de material de escritório. Considerando a situação financeira precária da empresa e procurando reduzir o valor do tributo devido, Sávio praticou uma série de condutas que, em tese, tipificariam o delito do artigo 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/1990 (constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas: inciso I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias). Sobre o delito tipificado na referida legislação, e de acordo com a posição da jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que

- a) o prazo prescricional começa a contar da data da conduta de omitir informação;
- b) é punível quando praticado através de conduta dolosa ou culposa, comissiva ou omissiva;
- c) é, em tese, de natureza material, pois somente estará configurado com o lançamento definitivo do tributo;
- d) é classificado como formal, restando consumado com a omissão da informação capaz de reduzir o tributo devido;
- e) permite que a expressividade do valor do tributo sonegado possa ser concomitantemente utilizada para elevar a pena base e depois como majorante na terceira etapa ao aplicar a pena.

49. Carlos, servidor público municipal, negou-se, após sua função ter sido alterada, a devolver um notebook do município que lhe fora cedido em razão de seu cargo para realização de serviços que não mais faria para a prefeitura. Na delegacia, Carlos informou falsamente à autoridade policial que o aparelho havia sido furtado por alguém desconhecido. Durante a investigação policial, verificou-se que o notebook era utilizado, na realidade, pela filha do servidor, para fins particulares

Considerando-se essa situação hipotética, a legislação penal vigente e o entendimento sumulado do STJ, é correto afirmar que Carlos responderá por

- a) peculato-furto e denúncia caluniosa.
- b) peculato-desvio e falsa comunicação de crime.
- c) peculato mediante erro de outrem e denúncia caluniosa.
- d) fraude processual e falsa comunicação de crime
- e) favorecimento real e fraude processual.

50. Em relação aos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, assinale a alternativa correta.

- a) Se o funcionário público se apropria de bem particular de quem tem a posse em razão do cargo, comete furto e não peculato, pois esse último só se configura em caso de subtração de bem público.
- b) Ao contrário do furto, o peculato admite a figura culposa.
- c) É pressuposto da prevaricação a obtenção de vantagem econômica.
- d) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, apenas quem exerce cargo, função ou emprego público de forma efetiva e remunerada.
- e) A pena será aumentada da metade quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.

CONTABILIDADE GERAL

Silvio Sande

51. A empresa Santana S.A. negociou com um fornecedor a aquisição de 240.000 unidades de determinada mercadoria que deveriam ser entregues nos 12 meses posteriores. A negociação ocorreu em 31/05/2020 e, tendo em vista a perspectiva de aumento de preços no período, a Santana S.A. pagou, nesta data, o valor integral de R\$ 36.000.000,00 ao fornecedor.

Durante o ano de 2020, a empresa requereu, e o fornecedor entregou, 70% do total de unidades contratadas. O valor evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2020, correspondente ao direito que a empresa Santana S.A. detinha sobre o fornecedor foi, em reais:

- a) 0,00.
- b) 7.200.000,00.
- c) 10.000.000,00.
- d) 10.800.000,00.
- e) 25.200.000,00

52. Um escritório de contabilidade contratou o aluguel de um imóvel comercial por 16 meses no mês de fevereiro de X1 e pagou antecipadamente o valor de R\$ 420.000,00, referente ao aluguel dos 16 meses. Sabendo-se que a contabilidade do escritório é feita a regime de competência, no encerramento de X1, esse pagamento será contabilizado da seguinte forma:

- a) R\$ 288.750,00 em Despesas; R\$ 131.250,00 no Ativo.
- b) R\$ 26.250,00 em Ativo.
- c) R\$ 420.000,00 em Despesas.
- d) R\$ 288.750,00 no Ativo e R\$ 26.250,00 em Despesas.
- e) R\$ 420.000,00 no Ativo.

53. As características das aplicações financeiras realizadas por uma empresa no dia 01/12/2020 são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2020 (R\$)
2.000.000,00	31/05/2024	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2%a.m.	2.300.000,00
4.000.000,00	30/06/2023	Mensuração ao custo amortizado	4%a.m.	4.100.000,00
4.000.000,00	31/10/2022	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	3%a.m.	4.200.000,00

O valor total apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2020,, para as três aplicações em conjunto foram, respectivamente, em reais,

- a)10.600.000,00
- b)10.580.000,00
- c)10.660.000,00
- d)10.664.000,00
- e)10.190.000,00

54. O saldo da conta Provisões evidenciado no Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2019, era composto dos seguintes valores:

Processo	Saldo em 31/12/2019
Ambiental	R\$ 3. 000.000,00
Tributária	R\$ 2.800.000,00
Fiscal I	R\$ 2.200.000,00

Em 31/12/2020 a empresa obteve as seguintes informações sobre os diversos processos a que está respondendo:

Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2020	Valor estimado em 31/12/2020 para as perdas
Ambiental	Provável	R\$ 1.900.000,00
Tributária	Provável	R\$ 2.300.000,00
Fiscal I	Possível	R\$ 1.900.000,00
Fiscal II	Provável	R\$ 5.300.000,00
Trabalhista	Possível	R\$ 1.100.000,00

Na Demonstração do Resultado de 2020, o efeito total que a empresa reconheceu, em função das provisões necessárias, foi

- a) despesa total no valor de R\$ 8.000.000,00.
- b) despesa total no valor de R\$ 5.800.000,00.
- c) despesa total no valor de R\$ 4.500.000,00.
- d) despesa total no valor de R\$ 1.500.000,00.
- e) (E) receita total no valor de R\$ 500.000,00.

55. A Cia. Comercial Oiapoque adquiriu produtos para revenda e desembolsou os seguintes valores:

– Valor total dos produtos adquiridos:
R\$ 1.200.000,00

– Valor total do seguro: R\$ 60.000,00

No valor total dos produtos adquiridos estavam inclusos:

– Tributos recuperáveis:R\$ 140.000,00

– Tributos não recuperáveis:R\$ 100.000,00

A Cia. Comercial Oiapoque revendeu metade dos produtos adquiridos por R\$ 1.600.000,00, concedendo 10% de desconto pelo pagamento à vista. Sobre o valor da venda houve a incidência de ICMS no valor de R\$ 240.000,00, a Cia. pagou comissão para os vendedores no valor de R\$ 20.000,00 e arcou com o pagamento do frete para entrega dos produtos vendidos no valor de R\$ 18.000,00. Com base nessas informações, o valor do lucro bruto apurado pela Cia. Comercial Oiapoque, em relação à transação realizada foi, em reais,

- a) 556.000,00
- b) 580.000,00
- c) 600.000,00
- d) 620.000,00
- e) 640.000,00

56. A Cia. Laranjal do Jari adquiriu, em 31/12/2018, um equipamento por R\$ 1.360.000,00 à vista. Na data da aquisição, a Cia. estimou a vida útil econômica deste equipamento em 20 anos e o valor residual em R\$ 160.000,00. Em 31/12/2019, após o reconhecimento da depreciação referente ao ano de 2019, a Cia. reavaliou a vida útil do equipamento para 15 anos e reestimou o valor residual para R\$ 100.000,00. Com base nestas informações sabendo que a empresa utiliza o método das cotas constantes para calcular a

despesa com depreciação, o valor da Depreciação Acumulada evidenciado no Balanço Patrimonial da Cia. Laranjal do Jari, em 31/12/2020, foi, em reais, de

- a) 140.000,00.
- b) 157.500,00.
- c) 168.000,00.
- d) 135.000,00
- e) 170.000,00.

57. A Cia. Cutias obteve, em 01/12/2019, um empréstimo para financiar sua expansão. O valor do empréstimo foi R\$ 30.000.000,00 e o pagamento para sua liquidação integral (principal e juros) ocorrerá em 30/11/2020. A taxa de juros compostos negociada foi 12% a.a. e os custos incorridos e pagos para a obtenção deste empréstimo foram de R\$ 200.000,00. Se o empréstimo é mensurado pelo método do custo amortizado, o seu reconhecimento no Balanço Patrimonial da Cia. Cutias, em 01/12/2019, provocou um aumento líquido total de

- a) R\$ 28.000.000,00, no passivo.
- b) R\$ 29.800.000,00, no passivo.
- c) R\$ 30.000.000,00, no passivo.
- d) R\$ 30.000.000,00, no ativo.
- e) R\$ 30.000.000,00 no passivo e uma redução no patrimônio líquido de R\$ 200.000,00.

58. A Cia. de Minérios S.A. possuía, em 31/12/2015, um ativo intangível com vida útil indefinida – ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura, cujo valor contábil era composto por:

Valor de custo: R\$ 1.500.000,00

Perda por impairment (reconhecida em 2014): R\$550.000,00

Para elaborar as suas demonstrações contábeis de 2015, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo em 31/12/2015 e obteve as seguintes informações:

Valor em uso: R\$ 1.050.000,00

Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 880.000,00

Com base nas informações acima, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. de Minérios S.A., em 31/12/2015, referente a este ativo foi, em reais, de

- a) 1.050.000,00.
- b) 880.000,00.
- c) 950.000,00.
- d) 1.500.000,00.
- e) 780.000,00.

59. A empresa Vende Tudo S.A. adquiriu, em 31/01/2015, um lote de produtos para serem comercializados no valor de R\$ 255.000,00, a prazo. Em função de sua situação financeira, a empresa negociou com seu fornecedor para que pudesse pagar estes produtos em 15/05/2016. Sabe-se que, se a empresa Vende Tudo S.A. tivesse adquirido estes produtos à vista, teria pago R\$190.000,00. Em 03/02/2015, a empresa vendeu 60% deste lote de produtos por R\$222.000,00, para serem recebidos integralmente em 15/06/2016. Sabe-se que, se a venda tivesse sido à vista, a empresa Vende Tudo S.A. teria recebido R\$188.500,00. Com

base nestas informações, é correto afirmar que a empresa Vende Tudo S.A. reconheceu, em reais,

- a) Estoques no valor de 255.000,00, na data da aquisição.
- b) Receita de Vendas no valor de 222.000,00, na data da venda.
- c) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.
- d) Receita de Vendas no valor de 188.500,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 153.000,00, na data da venda.
- e) Receita de Vendas no valor de 222.000,00 e Custo das Mercadorias Vendidas no valor de 114.000,00, na data da venda.

60. Em 31/12/2014, a Cia. Paulista adquiriu 80% das ações da Cia. América por R\$12.000.000,00 à vista. Este valor era igual ao valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição. Em 2015, a Cia. América apurou prejuízo de R\$200.000,00 e distribuiu dividendos no valor de R\$100.000,00 em função de lucros passados. Com base nestas informações, a Cia. Paulista reconheceu, em reais, em sua Demonstração de Resultados de 2015, referente a este investimento:

- a) receita de dividendos de 80.000,00.
- b) resultado de equivalência patrimonial de 40.000,00, positivo.
- c) resultado de equivalência patrimonial de 160.000,00, positivo.
- d) resultado de equivalência patrimonial de 160.000,00, negativo.
- e) resultado de equivalência patrimonial de 160.000,00, negativo, e receita de dividendos de 80.000,00.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO AMAPÁ

Eduardo da Rocha e Rafael Rocha

61. Dimulé, domiciliado em Sergipe, doou a seu irmão, domiciliado no Pará, a nua-propriedade de um imóvel localizado no Amapá, no valor de R\$ 1.000.000,00. Nesse caso, o ITCD devido ao AP, na referida transmissão, será no valor de:

- a) não há ITCD devido ao Amapá.
- b) R\$ 40.000,00.
- c) R\$ 30.000,00.
- d) R\$ 9.000,00.
- e) R\$ 21.000,00.

62. Dimulé, casado com Dona Maria, falece e deixa 2 imóveis localizados em Salvador/BA e outros 4 localizados em Macapá/AP. O casal possui dois filhos: Dimumu e Mariazinha. Nesse caso, considerando que todos os bens são comuns do casal, é correto afirmar que, por ocasião da transmissão *causa mortis*:

- a) há 2 fatos geradores do ITCD *causa mortis*.
- b) há 3 fatos geradores do ITCD *causa mortis*.
- c) há 4 fatos geradores do ITCD *causa mortis*.
- d) há 8 fatos geradores do ITCD *causa mortis*.
- e) há 12 fatos geradores do ITCD *causa mortis*.

63. De acordo com a legislação que rege o PAT no Estado do Amapá, considera-se efetuada a intimação por edital:

- a) 5 dias após a data da publicação.
- b) 10 dias após a data da publicação.
- c) 15 dias após a data da publicação.
- d) 20 dias após a data da publicação.
- e) 30 dias após a data da publicação.

64. De acordo com a legislação que rege o PAT no Estado do Amapá, o prazo para apresentação de impugnação é de:

- a) 5 dias.
- b) 10 dias.
- c) 10 dias úteis.
- d) 30 dias.
- e) 30 dias úteis.

65. A regra-matriz de incidência tributária é uma norma de conduta que visa disciplinar a relação jurídico-tributária entre o fisco e o contribuinte. A lei prevê um determinado fato jurídico tributário como hipótese de incidência tributária e, uma vez ocorrido o fato previsto, aparece a relação jurídica entre sujeito ativo e sujeito passivo. Concretizando-se os fatos descritos na hipótese, ocorre a consequência, e esta, por sua vez, prescreve uma obrigação patrimonial. Nela, encontraremos uma pessoa (sujeito passivo) obrigada a cumprir uma prestação em dinheiro.

Segundo a legislação tributária do Amapá, indique a alternativa que não apresenta uma hipótese de incidência do ICMS:

- a) entrada, no território do Estado do Amapá de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, decorrentes de operações interestaduais destinados à pessoa física ou jurídica localizada no Amapá, qualquer que seja a finalidade da aquisição, exceto quando destinados à comercialização ou à industrialização.
- b) prestação de serviço de transporte que tenha iniciado no exterior.
- c) entrada, no território do Estado do Amapá, de energia elétrica, decorrentes de operações interestaduais destinados à pessoa física ou jurídica localizada no Amapá, qualquer que seja a finalidade da aquisição, exceto quando

destinados à comercialização ou à industrialização.

d) venda do bem ao arrendatário, na operação de arrendamento mercantil.

e) fornecimento de mercadorias com prestação de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios.

66. Diferentemente do direito empresarial, a legislação tributária conceitua estabelecimento, não como um complexo de bens, mas sim como um local. O estabelecimento funciona, para a legislação tributária, como elemento de conexão para a fixação da competência tributária, tendo um caráter operacional em relação ao aspecto espacial da regra matriz de incidência tributária.

Acerca do conceito de estabelecimento legislação amapaense, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I. Estabelecimento é o local, desde que público, construído ou não, mesmo que pertencente a terceiro, onde o contribuinte exerça toda ou parte de sua atividade, em caráter permanente ou temporário, ainda que se destine a simples depósito ou armazenagem de mercadorias ou bens relacionados com o exercício dessa atividade.

II. Na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tiver sido efetuada a operação ou a prestação, encontrada a mercadoria ou constatada a prestação.

III. Equipara-se a estabelecimento autônomo o veículo utilizado na exploração de atividade econômica, inclusive aqueles empregados para simples entrega de mercadoria a destinatário certo em decorrência da operação já realizada.

a) F-V-F.

b) F-F-F.

c) V-V-V.

d) F-V-V.

e) F-F-V.

67. Considere as seguintes situações:

I - Contribuinte do ICMS amapaense remete, a título de venda, fumo a consumidor final não contribuinte localizado na mesma cidade.

II – Loja de conveniência de Posto de gasolina, localizada em Macapá-AP, fornece carne bovina congelada a um contribuinte localizado em Santana-AP.

III – O supermercado CARÃO, em Macapá-AP, remete arroz para contribuinte pernambucano.

IV - Posto de gasolina, localizado em Macapá-AP, fornece gasolina para fins combustíveis a um não contribuinte localizado em Santana-AP.

As alíquotas devidas ao Estado do Amapá nessas operações são, respectivamente:

a) 25% - 25% - 12% - 28%

b) 29% - 12% - 12% - 25%

c) 29% - 12% - 18% - 25%

d) 29% - 18% - 12% - 28%

e) 25% - 18% - 25% - 25%

68. Considere que um contribuinte de Macapá remeta mercadoria sujeita a substituição tributária a revendedor localizado no mesmo Estado. Suponha que:

- 1) O valor da mercadoria seja de R\$20.000,00;
- 2) O IPI seja de R\$ 3.000,00;
- 3) A MVA (margem de valor agregado) seja de 50%;
- 4) A mercadoria esteja sujeita à alíquota interna de 12%;
- 5) O frete na operação seja de R\$ 2.000,00, contratado pelo destinatário junto a terceiros que não o remetente; e
- 6) Haja seguro da mercadoria no valor de R\$ 1.000,00, cobrado pelo remetente.

Supondo que não há preço fixado, pauta ou qualquer outra fórmula de cálculo do ICMS ST que não a utilização de MVA, o valor do ICMS a ser retido pela empresa substituta é

- a) Menor ou igual a R\$ 1.100,00
- b) Entre R\$ 1.100,00 e R\$ 1.400,00
- c) Entre R\$ 1.400,00 e R\$ 1.700,00
- d) Entre R\$ 1.700,00 e R\$ 2.000,00
- e) Maior que R\$ 2.000,00

69. Segundo a legislação tributária amapaense, é vedado o creditamento relativo à mercadoria entrada no estabelecimento ou a prestação a ele feita:

- I. quando for para integração ou consumo em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto, exceto na saída para o exterior.
- II. quando se referir ao valor do crédito referente à mercadoria e serviço substituído por crédito presumido.
- III. quando alheio à atividade do estabelecimento, presumindo-se alheio às atividades do

estabelecimento os veículos de transporte de mercadorias e pessoal, os artigos de decoração e enfeite, obras e objeto de arte, brindes, coisas úteis e voluptuárias.

Após julgar os itens acima, marque a sequência correta.

- a) F-V-F.
- b) V-V-F.
- c) V-V-V.
- d) F-V-V.
- e) F-F-V.

70. Contribuinte GAMA, fabricante de bolas de futebol, adquiriu, em 10 de julho, uma máquina para produzir suas mercadorias por R\$ 1.000.000, mas por questões logísticas tal máquina só deu entrada no estabelecimento da VUAD em 15 de agosto. No mês de agosto a VUAD obteve os seguintes números:

- Vendas tributadas dentro do país: R\$ 1.500.000;
- Vendas isentas no país: R\$ 500.000;
- Vendas para o exterior: R\$ 500.000;
- Valor total de vendas: R\$ 2.500.000.

Supondo uma alíquota de 20%, assinale a alternativa correta.

- a) GAMA não poderá se creditar da entrada da máquina em julho e agosto.
- b) GAMA poderá se creditar da entrada da máquina em julho e agosto.
- c) GAMA poderá se creditar em agosto de R\$ 200.000.
- d) GAMA poderá se creditar em agosto de R\$ 3.333,33.
- e) GAMA poderá se creditar em julho de R\$ 200.000.

71. Acerca do IPVA, julgue os itens a seguir de acordo com o Decreto 3.340/95 e assinale a alternativa correta.

- I. A alíquota para embarcações esportivas é de 3%.
 - II. A base de cálculo para veículos de fabricação estrangeira é o valor venal constante do documento relativo ao desembarço aduaneiro, incluídos todos os encargos decorrentes desse desembarço, quando se tratar de registro inicial do veículo no país.
 - III. O IPVA não incide sobre veículos automotores aéreos.
- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
 - b) Estão corretos os itens I e II, apenas.
 - c) Estão corretos os itens II e III, apenas.
 - d) Estão corretos os itens I, II e III.
 - e) Está correto o item III, apenas.

72. De acordo com o Decreto 3.340/95, o IPVA não incide sobre:

- a) veículos de turistas estrangeiros, portadores de Certificados Internacionais de Circulação pelo prazo estabelecido nesses certificados, mas nunca superior a um ano, relativamente aos veículos de sua propriedade ou posse, não registrados no Estado do Amapá.
- b) veículos de representações consulares, dos agentes consulares e de funcionários de carreira do serviço consular, desde que o país de origem adote medida recíproca em relação aos veículos do Brasil.
- c) máquinas agrícolas, de terraplanagem e similares desde que não circulem em vias públicas.
- d) Veículos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas Autarquias e Fundações, unicamente quando vinculadas às suas finalidades essenciais.

e) veículo utilizado como automóvel na prestação de serviço de transporte de passageiros (táxi), limitado a 1 veículo por proprietário ou arrendatário, em se tratando de arrendamento mercantil.

73. De acordo com o Decreto 1.173/16, que institui o Sistema de Fiscalização Eletrônica Checkin-Grat e estabelece os procedimentos de fiscalização do trânsito de mercadorias julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

- I. O Documento Auxiliar de Desembarço Eletrônico (DAD-e) é o documento eletrônico que contém as chaves de acesso das Notas Fiscais Eletrônicas – NF-e, Conhecimentos de Transporte Eletrônico – CT-e e/ou Manifestos Eletrônicos de Documentos Fiscais – MDF-e das mercadorias e bens transportados, por meio do qual é fornecido à SEFAZ as informações relativas às operações sujeitas ao desembarço fiscal eletrônico de entrada.
 - II. O Selo Fiscal de Entrada Eletrônico (SF-e) é o visto de autenticidade e controle dos documentos fiscais eletrônicos, fornecido pela SEFAZ/AP para comprovação das operações de desembarço fiscal eletrônico de bens e mercadorias provenientes de outra unidade da Federação.
 - III. O transportador não poderá desmembrar a carga que contenha documentos não desembarçados por pendências, a fim de concluir o desembarço dos demais documentos.
- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
 - b) Estão corretos os itens I e II, apenas.
 - c) Estão corretos os itens II e III, apenas.
 - d) Estão corretos os itens I, II e III.
 - e) Está correto o item III, apenas.

74. De acordo com o Decreto 517/92, a entrada de mercadorias estrangeiras na Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS far-se-á com suspensão do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados. A suspensão se aplica a

- a) pescado.
- b) automóveis de passageiros.
- c) armas.
- d) perfumes.
- e) fumos.

75. De acordo com o Decreto 134/19, a regularidade fiscal das operações de que trata este convênio será efetivada mediante a disponibilização do internamento na SUFRAMA como evento na Nota Fiscal Eletrônica – NF-e. . Considera-se não efetivada a internalização a falta de registro do evento após o prazo de

- a) 120 dias.
- b) 60 dias.
- c) 30 dias.
- d) 45 dias.
- e) 90 dias.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO APLICADA À AUDITORIA TRIBUTÁRIA

Raphael Lacerda

76. Para implementar um sistema ágil de desenvolvimento ou gestão de projetos foi escolhido a metodologia que possui as seguintes características:

- Ritmo com fluxo contínuo
- Sem funções necessárias
- Entrega contínua
- Mudanças a qualquer momento

É correto inferir que o modelo ágil implantado foi definido como?

- a) Scrum
- b) XP
- c) Lean
- d) Crystal
- e) Kanban

77. Em uma aplicação que precisa ser mensurada a partir da técnica de pontos de função, foram listados os seguintes componentes

TIPO	COMPLEXIDADE	QUANTIDADE
Transação (EE)	alta	2
Transação (SE)	média	3
Dados (ALI)	baixo	4
Dados (ALI)	médio	2
Dados (AIE)	alto	1

Qual o tamanho da aplicação?

- a) 90
- b) 77
- c) 82
- d) 87
- e) 85

78. Guilherme está trabalhando na elicitação de requisitos para um novo sistema e constatou que o comportamento dos usuários no dia a dia é uma ótima fonte para se coletar requisitos implícitos, haja vista que estes estão ligados à forma como as pessoas efetivamente trabalham. Qual técnica foi utilizada por Guilherme?

- a) Prototipação
- b) Brainstorm
- c) Delphi
- d) Casos de Uso
- e) Etnografia

79. Segundo a norma 27002/2013, o controle relacionado à Conscientização, educação e treinamento em segurança da informação está dentro do objetivo

- a) Durante a Contratação
- b) Antes da contratação
- c) Encerramento e mudança da contratação
- d) Organização interna
- e) Segurança em recursos humanos

80. A norma 27001/2013, em seus anexos, traz uma seção que trata sobre aspectos da segurança da informação na gestão da continuidade do negócio e possui um objetivo de continuidade da segurança da informação que deve ser contemplada nos sistemas de gestão da continuidade do negócio da organização. Um dos controles listados nesse objetivo é:

- a) Verificação, análise crítica e avaliação da continuidade da segurança da informação
- b) Disponibilidade dos recursos de processamento da informação
- c) Conformidade com as políticas e normas de segurança da informação
- d) Cadeia de suprimento na tecnologia da comunicação e informação
- e) Gestão de vulnerabilidades técnicas

81. Durante o processo de assinatura digital, o emissor gera um resumo da mensagem usando _____ e depois codifica-o.

Assinale a alternativa que completa corretamente a frase

- a) criptografia simétrica
- b) criptografia assimétrica
- c) função hash
- d) esteganografia

e) certificado digital

82. Durante o processo de criptografia, existem modos de operação aplicados para utilizador um bloco, misturando com o próximo. O objetivo principal é dar aleatoriedade ao processo, fazendo com que o mesmo seja encriptado várias vezes. A característica do modo de operação de cifra de bloco em que é menos seguro, mais simples, cada bloco é cifrado isoladamente sendo utilizados tamanhos fixos.

- a) CBC
- b) CFB
- c) OFB
- d) CTR
- e) ECB

83. Qual dos princípios abaixo foi adicionado ao Cobit 2019 na lista de princípios para um sistema de governança?

- a) Separar a Governança de Gestão
- b) Cobrir a empresa fim a fim
- c) Abordagem Holística
- d) Sob medida de acordo com as necessidades da empresa
- e) Atender às necessidades dos stakeholders

84. No Cobit 2019, a quantidade de objetivos de governança e gestão aumentou para 40. Qual foi o novo objetivo adicionado no domínio ALINHAR-PLANEJAR-ORGANIZAR na área de gestão que não existia no Cobit 5?

- a) Gerenciar Riscos
- b) Gerenciar Portfólio
- c) Gerenciar Qualidade
- d) Gerenciar Segurança
- e) Gerenciar Dados

85. Acerca das técnicas e tarefas de DataMining, qual algoritmo é um classificador não paramétrico onde a entrada consiste dos elementos mais próximos presentes e a saída é a classe que o objeto pertence.

- a) K-means
- b) K-medoide
- c) DBSCAN
- d) AGNES
- e) k-NN

86. Acerca das técnicas e tarefas de mineração, qual algoritmo trabalha com o conceito de itens frequentes, designado para trabalhar com *datasets* que possuem transações de dados, buscando elementos por afinidade mas não por similaridade, e tem problema ao lidar com *datasets* muito grandes por escaneá-lo várias vezes para poder tirar suas conclusões?

- a) Diana
- b) FP-Growth
- c) C4.5
- d) APRIORI
- e) ID.3

87. Qual operação OLAP é utilizada para selecionar informações recuperadas de outra estrutura?

- a) slice-dice
- b) drill down
- c) drill-through
- d) pivot
- e) drill across

88. Qual esquema de modelagem multidimensional é conhecido pela normalização de suas tabelas dimensionais?

- a) snow flake
- b) star
- c) fact
- d) dimensions
- e) bcnf

89. Em um modelo preditivo, quando há um alto erro no treinamento, caracterizado pelo alto valor do bias, tem-se o clássico problema de

- a) holdout
- b) bootstrap
- c) underfitting
- d) cross validation
- e) generalização

90. A tabela da figura abaixo é chamada ELEMENTOS. Para listar todos os itens da coluna A sem repetição é necessário executar o seguinte SQL

A	B
1	2
2	2
3	3
4	3
4	2
4	1
5	0

- a) select * from ELEMENTOS;
- b) select a from ELEMENTOS ignore;
- c) select count(a) from ELEMENTOS;
- d) select evict A from ELEMENTOS;
- e) select distinct A from ELEMENTOS;

CONTABILIDADE AVANÇADA E CUSTOS

Marcondes Fortaleza

91. O valor registrado no Patrimônio Líquido da empresa MAVIFOR S.A. era, em determinada data, R\$ 1.000.000,00. A empresa Sorvetes S.A. adquiriu, nessa data, 60% das ações com direito a voto da MAVIFOR S.A. pagando o preço total de R\$ 1.300.000,00 e passando a deter o seu controle. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da MAVIFOR S.A. era, nessa mesma data, R\$ 1.200.000,00.

O valor reconhecido no grupo Investimentos do balanço individual da empresa Sorvetes S.A. na data da aquisição foi, em reais,

- a) 600.000,00.
- b) 780.000,00.
- c) 1.000.000,00.
- d) 1.200.000,00.
- e) 1.300.000,00.

92. A Sociedade Empresária X é do setor de varejo e comercializa suas centenas de produtos com uma garantia segundo a qual os clientes estarão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro do primeiro ano após a compra.

A experiência passada da Sociedade Empresária e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, dos seus produtos vendidos, 50% não apresentarão defeitos, 35% apresentarão defeitos menores e 15% apresentarão defeitos maiores.

Sabe-se que a Sociedade Empresária X irá incorrer:

- Em custos de reparação de R\$ 400.000,00, caso sejam detectados defeitos menores em todos os seus produtos vendidos.
- Em custos de reparação de R\$ 750.000,00, caso sejam detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e a NBC TG 25 (R2) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, assinale o valor esperado do custo das reparações que a Sociedade Empresária “X” reconhecera como provisão.

- a) R\$ 112.500,00
- b) R\$ 252.500,00
- c) R\$ 400.000,00
- d) R\$ 750.000,00
- e) R\$ 1.150.000,00

93. Em 02/01/2019, uma instituição adquiriu um ativo intangível no valor de R\$ 100.000, com vida útil de cinco anos.

Em 31/12/2019, a instituição fez um estudo e constatou que os benefícios gerados nos anos remanescentes seriam de R\$ 70.000,00.

Em 31/12/2020, a instituição concluiu, com base em novo estudo feito, que os benefícios gerados nos anos remanescentes seriam de R\$ 74.500,00

Assinale a opção que indica o valor contábil do intangível, em 31/12/2020, considerando que a instituição utiliza o método da linha reta para amortização.

- a) R\$ 60.000,00.
- b) R\$ 62.500,00.
- c) R\$ 70.000,00.
- d) R\$ 80.000,00.
- e) R\$ 100.000,00.

94. A empresa industrial MAVIFOR que fabrica e vende um único produto ao preço unitário de venda de R\$ 72, apresentou os seguintes custos e despesas em 2022.

Custos variáveis totais

- Materiais diretos: R\$ 144.000
- Mão de obra direta: R\$ 84.000
- Custos indiretos variáveis: R\$ 12.000
- Custos fixos totais: R\$ 144.000

Despesas de venda e despesas administrativas totais

- Variáveis: R\$ 60.000
- Fixas: R\$ 108.000

Sabe-se que, no período, foram produzidas 10.000 unidades e vendidas 8.000 unidades.

O lucro líquido apurado pelo custeio por absorção será superior ao do apurado pelo custeio variável no exato montante de:

- a) R\$ 26.700,00.
- b) R\$ 27.300,00.
- c) R\$ 28.500,00.
- d) R\$ 28.800,00.
- e) R\$ 30.000,00

95. Considere as seguintes informações, referentes à venda de 27.000 unidades de um mesmo produto por uma empresa:

- Vendas 1.890.000
- Despesas Variáveis 1.215.000
- Despesas Fixas 360.000

Essa empresa precisará vender quantas unidades desse produto para atingir o ponto de equilíbrio?

- a) 8.000.
- b) 10.000.
- c) 14.400.
- d) 12.200.
- e) 15.000.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

96. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I-) Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

II-) Os serviços públicos são considerados específicos quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

III-) As taxas podem ser cobradas apenas em razão de efetivo serviço público prestado diretamente ao contribuinte.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

97. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I-) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.

II-) Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.

III-) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos atribuídos aos Estados, e se eles não forem divididos em Municípios, também competirá à União a instituição dos impostos municipais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

98. A União alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a união financia suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas à União.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a União é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a União, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a União não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido e a pessoa jurídica de direito privado é a responsável tributária e quem deve realizar o pagamento.

99. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa incorreta:

- a) 50% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 100% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 25% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados

d) Pertencerá aos Municípios 70% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.

e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 20% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

100. O Prefeito de Boa Vista, por meio de Decreto publicado em 22 de dezembro de 2020, alterou a base de cálculo do IPTU para incorporar a ela a atualização do valor monetário, conforme os índices oficiais de correção.

Sobre esta alteração de base de cálculo, assinale a afirmativa correta.

- a) Somente pode ser feita através de lei, e terá eficácia imediata a partir da data em que esta lei tenha sido publicada.
- b) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia após decorridos noventa dias da data em que a lei tenha sido publicada.
- c) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia no exercício financeiro seguinte àquele em que a lei tenha sido publicada.
- d) Embora possa ser feita mediante Decreto, somente terá eficácia depois de decorridos noventa dias da data em que o Decreto tenha sido publicado.
- e) Não é considerada majoração de tributo para fins de aplicação do princípio da reserva legal em sentido estrito.

101. Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

I-) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.

II-) O lançamento é um procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.

III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

102. Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

I-) A moratória em caráter individual somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.

II-) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.

III-) A concessão da moratória em caráter geral gera direito adquirido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

103. A sociedade empresária ABDY Ltda. teve sua falência decretada, tendo dívidas de obrigação tributária principal relativas a tributos e multas, dívidas decorrentes de acidente de trabalho, bem como dívidas com garantia real. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) O crédito tributário de obrigação principal relativa a tributos tem preferência sobre as dívidas com garantia real.
- b) A dívida decorrente de acidente de trabalho tem preferência sobre o crédito tributário relativo a tributos.
- c) O crédito tributário decorrente de multas tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.
- d) O crédito relativo às multas tem preferência sobre o crédito tributário relativo a tributos.
- e) O crédito tributário de obrigação principal relativo a tributos tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.

104. Além de outras informações, o termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- a) o nome do devedor e do seu cônjuge ou companheiro, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outro.
- b) a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.
- c) a existência de indícios de crime contra a ordem tributária na origem da dívida.
- d) a data em que houve a ocorrência do fato gerador do tributo.
- e) o número do processo judicial de que se originar o crédito.

105. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

I-) Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar livros fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.

II-) É vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.

III-) Não é vedada a divulgação de informações relativas a parcelamentos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

AUDITORIA TRIBUTÁRIA

Tonyvan Carvalho

106. Nos termos das normas de auditoria vigentes, assinale a opção que indica o objetivo da auditoria em relação à entidade auditada.

- a) Assegurar a viabilidade futura.
- b) Comprovar a eficiência com a qual a administração conduziu os negócios.
- c) Aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários.
- d) Garantir que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
- e) Opinar sobre a eficácia do controle interno e a compatibilidade de um relatório separado da administração junto com as demonstrações contábeis.

107. Com relação ao plano de auditoria, analise os itens a seguir:

I. a natureza, a época e a extensão dos procedimentos planejados de avaliação de risco;

II. a natureza, a época e a extensão dos procedimentos adicionais de auditoria planejados no nível de afirmação;

III. a natureza, a época e a extensão dos recursos necessários para realizar o trabalho;

IV. outros procedimentos de auditoria planejados e necessários para que o trabalho esteja em conformidade com as normas de auditoria.

Assinale a alternativa que contenha os aspectos que devem ser descritos no plano de auditoria.

- a) II, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

108. De acordo com a NBC TA 315 (R1), o ambiente de controle estabelece o tom da organização, influenciando a consciência de controle de suas pessoas. O ambiente de controle abrange elementos que podem ser relevantes na obtenção de seu entendimento. Sendo assim, NÃO é um elemento do ambiente de controle relacionado na referida norma:

- a) Comunicação, integridade e valores éticos.
- b) Compromisso com a competência.
- c) Filosofia e estilo operacional da administração.
- d) Atribuição de autoridade e responsabilidade.
- e) Políticas públicas.

109. O auditor deve aplicar o conceito de materialidade adequadamente para o planejamento e para a execução da auditoria. Com base NBC TAs, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Ao estabelecer a estratégia global de auditoria, o auditor deve determinar a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- b) A materialidade determinada no planejamento da auditoria estabelece necessariamente um valor acima do qual as distorções não corrigidas, individualmente ou em conjunto, serão sempre avaliadas como não relevantes.
- c) O auditor deve determinar a materialidade para execução da auditoria com o objetivo de avaliar os riscos de distorções relevantes e determinar a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- d) Ao planejar a auditoria, o auditor exerce julgamento sobre as distorções que são consideradas relevantes.
- e) A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional.

110. De acordo com as NBC TAs, o auditor deve aplicar procedimentos de avaliação de riscos para fornecer uma base para a identificação e avaliação de riscos de distorção relevante nos níveis das demonstrações contábeis e das afirmações. Analise as afirmativas a seguir quanto aos procedimentos de avaliação de riscos:

- I. Os procedimentos de avaliação de riscos por si só fornecem evidências de auditoria apropriada e suficiente para suportar a opinião da auditoria.
- II. Os procedimentos de avaliação de riscos incluem procedimentos analíticos, bem como indagações à administração.

III. Os procedimentos de avaliação de riscos incluem indagações a outras pessoas na entidade que, no julgamento do auditor, possam ter informações com possibilidade de auxiliar na identificação de riscos de distorção relevante causados por fraude ou erro.

IV. O auditor deve considerar se as informações obtidas no processo de aceitação ou continuidade do cliente são irrelevantes para a identificação de riscos de distorção relevante.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II, III e IV.

111. Atribuir a pessoas diferentes as responsabilidades de autorizar e registrar transações, bem como manter a custódia dos ativos, destinando a reduzir as oportunidades que permitam a qualquer pessoa estar em posição de perpetrar e de ocultar erros ou fraudes no curso normal das suas funções é a definição de qual atividade de controle nos termos da NBC TA 315 (R1)?

- a) Revisões de desempenho.
- b) Processamento de informações.
- c) Controle funcional.
- d) Segurança de registros.
- e) Segregação de funções.

112. O item 13, da NBC TA 200(R1), trata de alguns termos e seus respectivos significados para auditoria: a respeito destes termos usados na Auditoria, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Evidências de auditoria são as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões em que se baseia a sua opinião.
- b) A adequação da evidência de auditoria é a medida da quantidade da evidência de auditoria; isto é, sua relevância e confiabilidade no fornecimento de suporte às conclusões em que se baseia a opinião do auditor.
- c) Risco de auditoria é o risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante.
- d) O risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção relevante e do risco de detecção.
- e) Risco de detecção é o risco de que os procedimentos executados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo não detectem uma distorção existente que possa ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções.

113. Com referência aos riscos envolvidos em uma auditoria, assinale a opção correspondente àqueles que não são afetados pelo trabalho do auditor.

- a) risco residual e risco de detecção
- b) risco de auditoria e risco de amostragem
- c) risco de auditoria e risco de detecção
- d) risco de distorção relevante e risco de amostragem
- e) risco inerente e risco de controle

114. As evidências obtidas pelo auditor, devidamente compiladas, são denominadas documentação de auditoria (anteriormente chamadas de papéis de trabalho). Os prazos, respectivamente, para a elaboração do arquivo final e para a retenção dessa documentação, após a data do relatório, são:

- a) 60 dias e 5 anos.
- b) 90 dias e 5 anos.
- c) 120 dias e 5 anos.
- d) 60 dias e 60 meses.
- e) 90 dias e 60 meses.

115. Durante um trabalho de auditoria, um auditor executou um procedimento para avaliar se a atividade de recepção e conferência de itens adquiridos para estoque era realizada por um funcionário adequado. O procedimento executado pelo auditor foi um teste:

- a) de abrangência;
- b) de inspeção;
- c) de observância;
- d) de revisão analítica;
- e) documental.

116. A NBC TA 530 trata da Amostragem em auditoria e se aplica quando o auditor independente decide utilizar amostragem na execução de procedimentos de auditoria. Com base nesta norma, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar afeta o tamanho da amostra exigido. Quanto menor o risco que o auditor está disposto a aceitar, menor deve ser o tamanho da amostra.
- b) O tamanho da amostra pode ser determinado mediante aplicação de fórmula com base em estatística ou por meio do exercício do julgamento profissional.
- c) O objetivo do auditor, ao usar a amostragem em auditoria, é o de proporcionar uma base razoável para o auditor concluir quanto à população da qual a amostra é selecionada.
- d) Unidade de amostragem é cada um dos itens individuais que constituem uma população.
- e) A amostragem em auditoria pode ser aplicada usando tanto a abordagem de amostragem não estatística quanto a estatística.

117. No caso de a administração de uma entidade alterar as demonstrações contábeis em função de evento subsequente, o auditor independente deve mencionar o fato em seu relatório, novo ou reemitido, com referência à nota explicativa que esclarece a alteração. Essa menção deve ser feita em parágrafo

- a) de base para opinião com ressalva.
- b) de ênfase ou outros assuntos.
- c) de abstenção de opinião.
- d) de não modificação.
- e) de parecer adverso.

118. Em seu trabalho, o auditor deve estar apto a distinguir entre um erro e uma fraude com fins fiscais. A principal característica que distingue a fraude do erro é a

- a) Falta de qualificação profissional
- b) Relevância
- c) Ineficácia dos controles internos
- d) Intencionalidade
- e) Ausência de dolo

119. A NBC TI 01 esclarece que o planejamento do trabalho da Auditoria Interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado. De acordo com essa norma, são fatores relevantes a serem considerados no planejamento da auditoria, EXCETO:

- a) a existência de entidades associadas;
- b) o conhecimento do resultado de trabalhos anteriores;
- c) o uso do trabalho de especialistas;
- d) os indicadores de mercado que impactam a entidade;
- e) os instrumentos de gestão de riscos da entidade

120. Em relação à auditoria interna, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos.
- b) Está estruturada em procedimentos, com enfoque técnico, objetivo, sistemático e disciplinado, e tem por finalidade agregar valor ao resultado da organização.
- c) Compreende, para fins de planejamento, os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos que definem a amplitude e a época do trabalho a ser realizado.
- d) Realiza exames e investigações, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem obter subsídios suficientes para fundamentar as conclusões e recomendações à administração da entidade.
- e) É fundamentada por informações denominadas de referências, que devem ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis, de modo a fornecer base sólida para as conclusões e recomendações à administração da entidade.

Preencha o gabarito

<https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-AP-07-08>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
